COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL PREÇO AVULSO: 25$00 ANO V N.º 43 AGOSTO 1989

"Que o povo fale e revele aquilo que quer"

A carta que o Administrador Apostólico de Dili, Carlos Filipe Ximenes Belo, escreveu ao Secretário-Geral das Nações Unidas em 6 de Fevereiro, numa altura em que parecia para breve a visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste e em que nos corredores do Vaticano e do Palácio Presidencial em Jacarta se negociava a visita papal àquele território, lançou na confusão e no desespero as autoridades indonésias.

A repressão feroz que se abateu sobre os eventuais apoiantes da atitude de Mons. Belo e o cerco tenaz que envolveu a Igreja de Timor, são a manifestação trágica da impotência dos militares indonésios e do seu profundo divórcio com a população que pretendem colonizar.

MONS. BELO ESCLARECE.

Com data de 12 de Março de 1989, o Administrador Apostólico de Dili publicou uma carta ou, como ele próprio escreve, um "Comentário à carta ao Secretário Geral das Nações Unidas", onde procura explicitar o sentido da missiva que enviou a Perez de Cuellar. Transcrevemos:

"1 — A minha carta não é contra ninguém, nem é favor de ninguém.

"2 — A carta constitui a tomada da posição do Chefe da Igreja Católica em timor perante o conflito ou o problema de Timor. A única solução que a Igreja apresenta para resolver o problema de Timor, é: perguntar ao próprio povo de Timor o que é que ele quer ser. Ser Indonésio? Ser Português? Ser Independente (Timorense, não Povo Maubere)? Ser Povo Maubere, com a Fretilin?

"3 — A carta não quer falar em nome do Povo. Apenas se sugere que se dê ao povo de Timor a oportunidade de exercer a soberania, através do referendum, por voto secreto, livre e universal.

"4 — A carta não é contra a Indonésia. Ela constitui uma ajuda à Indonésia, para se quiser, ractificar a invasão armada. Torna a ocupação de Timor legal, perante o direito internacional. Ajuda a Indonésia a saber quem e quantos dos timorenses aceitam a integração.

"5 — A carta não é contra Portugal. Apenas ajuda Portugal a sair do impasse, e do incómodo de consciência por não ter sabido descolonizar Timor Português.

"6 — A carta não é contra a Fretilin. Apenas ajuda a Fretilin a saber quem e quantos dos Timorenses querem ser POVO MAUBERE. Podem estar tranquilos os independentistas da Fretilim que o Bispo Carlos Filipe não quer fazer parte do Povo Maubere, nem quer ser alcunhado "maubere", mas sim membro do Povo Timorense. O Bispo não simpatiza com esclusivismos: A FRETILIN É O POVO! O POVO É A FRETILIN!

"7 — Finalmente a "carta de 6 de Fevereiro" quer ser uma denúncia perante o mundo, que os interesses económicos e estratégicos não podem servir de razão para atropelar os direitos essenciais de um povo, por mais

"Igreja de Motael em Dili: Referendo uniu clero e fiéis em torno do Bispo Belo"

NESTE NÚMERO:

- **"Que o Povo de Timor fale..."**
- **Mais visitas**
- **Nações Unidas discutem Timor-Leste**

pequeno que ele seja: direito de exisitir como povo, com território próprio; com língua e cultura própria; e, sobretudo, que este povo tem o direito de ser consultado e ouvido naquilo que lhe é vital. Que não sejam os outros a dizer que o Povo de Timor quer A ou quer B. Que o Povo de timor se exprima, fale e revele aquilo que ele quer ser."

MANISFESTACÃO DE APOIO AO ADMINISTRADOR APOSTÓLICO DE DILI

Entretanto, durante os meses de Junho e Julho, foi posto a circular em Dili um documento de apoio a Mons. Belo.

Assinado por "O Presbitério da Diocese de Dili", o documento tem, no entanto, uma nota onde se diz: **"Não assinamos para podermos continuar a trabalhar com o nosso Povo".**

Pela sua importância também aqui o transcrevemos na integra:

"Como Sacerdotes formando o presbitério da Diocese de Dili, unidos ao Sucessor dos apóstolos, o Bispo de Dili, temos vivido neste últimos tempos as alegrias e as tristezas, os momentos dificeis e angustiosos do nosso Bispo e do Povo de Timor. De modo particular tudo o que diz respeito ao nosso Bispo, partilhando plenamente os seus sentimentos, desejos, apreensões, e agora mais perto o seu sofrimento. Chegou o momento de rompermos o silêncio. Não pedimos licença para falar, pedimos que nos reconheçam o direito de sermos ouvidos.

"A Igreja de Timor e o povo cristão de Timor têm o direito de ser ouvidos. Quem é a Igreja Católica de Timor? Quem é o Povo Católico de Timor? Quem é o verdadeiro representante ou quem são so verdadeiros representantes da Igreja Católica de Timor? Quem é que tem o direito de falar em nome do Povo de Timor?

"A Igreja tem o direito e o dever de iluminar com a sua palavra e a sua doutrina as diversas situações humanas em que a dignidade da pessoa e dos povos estão em jogo. É nesta linha que se insere a carta do Administrador Apostólico de Dili de 6 de Fevereiro de 1989 em que indica que na actual conjuntura de Timor a única solução justa para o conflito armado e a questão de Timor é o povo exercer o seu direito, direito esse nunca exercido até ao presente.

"Desde que a Carta de 6 de Fevereiro foi tornada pública, tem-se procurado por parte dos meios de comunicação social e de várias personalidades do governo indonésio e de várias instituições governamentais, minimizar o sentido e o alcance da carta, apelando que foi uma carta pessoal e particular do Administrador Apostólico de Dili e da sua única responsabilidade.

"Na Carta o Adm. Apostólico fala em nome pessoal e como Chefe de Igreja Católica de Timor. Se fala como chefe da Igreja local e em plena sintonia com a doutrina da Igreja e os recentes ensinamentos pontificios, como é que se lhe pode negar o peso e a força que lhe advêm do seu ministério apostólico nesta terra em união intima com o Povo durante estes anos, em que a Igreja esteve sempre ao lado do Povo, sobretudo nos momentos mais dificeis, criticos e dramáticos da vida de povo oprimido que não tem voz para falar e para exprimir o seu verdadeiro sentir.

"O observador honesto não negaria que a única instituição de crédito em Timor tem sido a Igreja. Frente aos acontecimentos destes últimos meses (que militares e governo procuram camuflar), a Igreja mais uma vez levanta a voz em nome e em defesa do Povo. Esta carta foi recebida com entusiasmo pela população que mais uma vez sente confirmada a sua confiança na fidelidade da Igreja para com o Povo, que se sente representado nessa tomada de posição do Chefe da Igreja.

"O Presbitério de Dili rejeita opiniões e sugestões tendenciosas e contrárias ao espirito e à doutrina da Igreja manifestadas por certas personalidades eclesiásticas e leigas manipuladas. O Bispo é, teológica, juridica e eclesiasticamente para todos os efeitos, o representante da Igreja local e quando ele fala como tal e na linha da Igreja e do sentir do presbitero e do povo, é autoridade que deve ser respeitada e considerada.

"Desejamos que este nosso apelo e explicação ajudem os poderes politicos e as personalidades eclesiasticas a entender o sentir da Igreja e do Povo de Timor expressos na Carta do Administrador Apostólico de Dili de 6 de Fevereiro de 1989".

IMPORTANTE BAIXA MILITAR NA RESISTÊNCIA.

Noticias chegadas recentemente dão conta da morte de um importante quadro militar da Resistência armada, o comandante Oka. De acordo com essas fontes, Oka teria sido atraido a uma cilada pelos homens de Prabowo — o genro de Suharto que comanda as tropas especiais indonésias em Timor-Leste — no dia 3 de Junho, em Venilale, que lhe teriam feito chegar a falsa informação que o Padre Locatelli o aguardava em determinado local.

Essas mesmas fontes davam conta de noticias que circulavam em Dili, em finais de Junho, de que as FFAA indonésias iriam lançar mais uma operação — assegurada como **"grande"** e **"final"** pela tropa de Jacarta — **"para acabar com a guerrilha"**.

Mais visitas

Por várias vezes temos aqui referido casos de visitas de delegações estrangeiras a Timor-Leste. Essas visitas intensificaram-se após a declaração oficial da abertura da "27.ª província" em Dezembro de 1988 e tornaram-se mesmo um dos mais activos canais propagandísticos do regime indonésia.

Correndo o risco de criar alguma saturação nos leitores, abordaremos hoje aqui três deslocações recentes: a de uma delegação parlamentar britânica (7 e 8 de Março), a de um grupo de elementos de ONG's australianas (21 e 22 de Maio) e a de uma delegação parlamentar alemã-federal no início de Junho.

Estando em discussão a visita ao território de uma missão da AR, este continua a ser um tema actual.

AR: SIM OU NÃO À VISITA?

Apesar das noticias vindas a público em vários órgãos de comunicação social, a visita de deputados portugueses a Timor-Leste não se concretizará no presente ano.

O que parece estar em causa, no momento, é a possibilidade de na comitiva parlamentar participarem representantes da Amnistia Internacional e do Comité Internacional de Juristas. Por outro lado, e de acordo com as próprias declarações de Deus Pinheiro à Comissão da AR para Timor-Leste, a Indonésia continua a declarar não aceitar uma "viagem de investigação".

De Genebra, pois, apenas ficou no ar a ideia de novo encontro lá para Setembro. Dessa forma, e sendo certo que os deputados portugueses já manifestaram a sua decisão de não visitarem o território durante a época das chuvas — para que o mau estado das estradas não seja o alibi para o impedimento prático às suas deslocações — tudo leva a crer que a visita se não realize no presente ano.

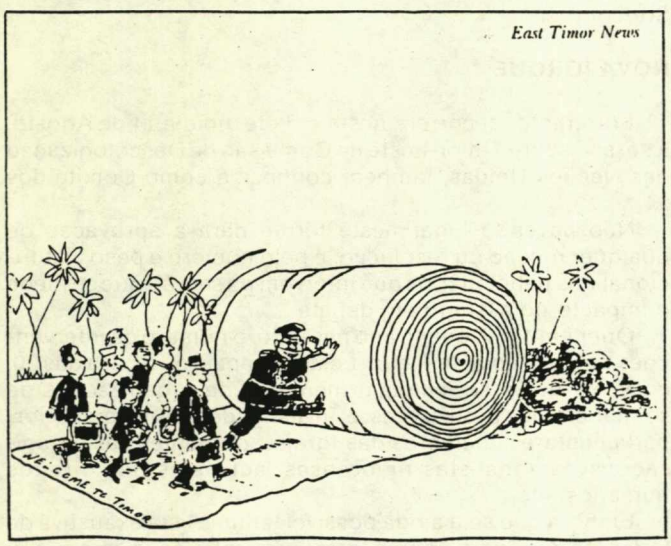
Quanto ao encontro do MNE com a Comissão da AR resta

destacar o facto de o ministro se ter mostrado, pela primeira vez, favorável à realização, em Portugal, de uma Conferência Internacional sobre Timor-Leste.

NEM HELICÓPTEROS, NEM BISPO

Entrevistada pelo boletim Tapol, a deputada trabalhista britânica Ann Clwyd (um dos sete parlamentares que se deslocou a Timor-Leste) revelou os traços gerais do que tinha sido essa visita: estadia por um período de apenas 24h, limitada à zona urbana de Dili e nenhuns contactos com timorenses à excepção dos constantes no programa oficial organizado, obviamente, pelo governo indonésio.

Como parece tornar-se hábito, logo após o desembarque os visitantes foram conduzidos ao Palácio do Governador para escutarem, durante mais de uma hora, uma palestra sobre os progressos económicos do território. Questionado sobre alegadas violações dos direitos humanos, Mário Carrascalão confirmou a sua ocorrência: **"Se o causador é o Exército, mando uma nota, por mim próprio escrita, solicitando acção; envio a informação que me foi fornecida mas eles negam sempre (...). Acredito realmente que haja alguns casos reais de abusos e ocasionalmente recebo pedidos de desculpa."**



Quando os parlamentares pediram para visitar a prisão de Becora, alguns funcionários indonésios sairam da sala e só após duas horas de espera a visita foi possível; tendo-se já realizado ao cair da noite, muitos aspectos ficaram por esclarecer. Mesmo assim, os parlamentares britânicos puderam falar com Aleixo Guterres (condenado a 12 anos de prisão por servir como agente de ligação da Resistência durante as negociações de Março de 1983), que confirmou ter sido torturado enquanto esteve nas mãos dos militares (em 1986 e 1987) e com três outros ex-guerrilheiros.

Na manhã do segundo dia, os visitantes foram conduzidos a uma cerimónia oficial da tomada de posse do chefe distrital de Ermera (um tenente-coronel javanês que substituiu um timorense no cargo); segundo Ann Clywd, **"muitas viúvas de oficiais de Jacarta"** estavam presentes. Em conversa com o comandante militar do território, este referiu-lhe a existência em Timor-Leste de 12 000 soldados dos quais 60% seriam de origem timorense.

Sem sequência ficaram os pedidos para uma deslocação à zona leste (**"Quando pedimos ao governador, ele disse: 'não há tempo suficiente, além de que não temos helicópteros disponíveis'; na realidade, vimos 5 estacionados em Dili."**); bem como para um encontro com Mons. Belo, aliás, incluído no programa oficial (**"Disseram-nos que não era possível; na altura não sabíamos que tinha escrito para a ONU apelando a um referendo."**).

POR DETRÁS DO CENÁRIO

Durante 24 horas esteve também em Dili um grupo de elementos de ONG's australianas, como turistas, os primeiros a visitar o território depois da invasão indonésia. As impressões dessa curta estadia são aqui descritas.

Ao primeiro contacto Dili aparece como uma sonelenta e tranquila cidade de província: crianças brincando na praia, pescadores no cais, jovens estudantes jogando voleibol; o centro administrativo, composto de lojas desafogadas, departamentos oficiais e pequenos parques, apresenta-se limpo e agradável. Uma passagem pelo novo mercado de Becora revela as bancas razoavelmente bem fornecidas (detergentes, roupas, carne fresca, fruta em quantidade e qualidade — produtos importados, fundamentalmente de Java), embora com um escasso volume de transacções.

Apenas um olhar mais atento consegue distinguir os pormenores que quebram a "harmonia" deste quadro. Começam essas notas dissonantes nos helicópteros militares estacionados no antigo aeroporto português; prosseguem na visão de uma coluna de camiões militares carregados de soldados (uns 250) e de víveres deslocando-se na direcção de Maubisse (interrogado o motorista de taxi sobre o que iriam eles lá fazer, este, diplomaticamente, respondeu: **"Porque há lá pessoas que não felizes"**); continuam na observação de um navio de guerra ladeado por lanchas de desembarque, descarregando material para detrás de cercas gradeadas, nos arredores de Dili; desenvolvem-se na opinião confidenciada por um outro hóspede do Hotel de Turismo (**"Se pretendem sair de Dili é melhor levarem alguém da Fretilin convosco, pois as coisas continuam quentes no interior. Setenta soldados indonésios foram mortos há algumas semanas atrás e mais dez recentemente."**); confirmam-se ao sobrevoar a ilha, a caminho de Kupang em Timor indonésio: em vez da tradicional dispersão de casas pelas colinas, as filas geométricas e concentradas de habitações das "aldeias estratégicas".

Algumas das iniciativas deste grupo centraram-se nos contactos com a Igreja Católica, tendo-se mostrado fortemente impressionados com a sua implantação: a missa das 16h na Igreja de Motael transbordava de fiéis — mais de 800 — embora fosse a quarta nesse domingo, numa cidade com vários outros locais de culto; a solenidade do ofício litúrgico (em tetum) também foi destacada.

Numa breve conversa com Mons. Belo, este confirmou a autoria da carta enviada ao Secretário Geral da ONU e que ela expressava o sentir da população e que embora não esperasse grandes alterações na situação, posições daquele tipo tinham que ser tomadas, mesmo que podessem causar problemas à Igreja. Mons. Belo revelou ainda que existiam, em média, cerca de 30 soldados indonésios em cada aldeia.

DEPUTADOS ALEMÃES DENUNCIAM PRISÕES

Sobre a visita dos sete deputados da RFA, fazendo parte de um grupo de ligação à ASEAN, conhecem-se poucos dados: apenas as declarações de alguns dos seus membros, aliás contraditórias. Enquanto o liberal Detlet Kleinert — que já tinha estado em 1985 em Timor-Leste — considera que as condições de vida melhoraram espectacularmente (**"Tem havido progressos espantosos em todos os sentidos, na aparência geral das pessoas, na forma com vestem, nas infra-estruturas, no estado dos edifícios"**) e que **"se as melhorias continuarem, a posição formal da ONU terá de ser revista"**, já o chefe da delegação pensa diferentemente. Com efeito, Klaus-Juergen Hedrich, da CDU, sublinhou que durante a visita o grupo encontrou defensores da integração e adeptos da autonomia. **"E há os que advogam ardentemente a independência"**, frisando Hedrich que o governo indonésio deve ter a sensatez de tomar em conta essas opiniões se quiser a reconciliação no território, onde centenas de guerrilheiros da Fretilim permanecem nas montanhas.

A delegação parlamentar alemã-federal entregou às autoridades indonésias uma lista contendo a identidade de onze pessoas indicadas pela Amnistia Internacional como tendo sido presas recentemente. As autoridades prometeram averiguar... □

Em Genebra e Nova Iorque Nações Unidas discutem Timor-Leste

A questão de Timor-Leste vai voltar a figurar nas agendas das Comissões da ONU que se vão reunir neste mês de Agosto: Subcomissão para a Prevenção da Descriminação e a Protecção das Minorias (vulgo Subcomissão dos Direitos Humanos), em Genebra, e Comissão de Descolonização, em Nova Iorque. Em ambas estarão presentes organizações de solidariedde, entre as quais portuguesas.

GENEBRA

Com inicio do dia 7 de Agosto e prolongando-se até 1 de Setembro, principam nesta cidade da Suiça francesa os trabalhos da Sub-Comissão para a Prevenção da Descriminação e a Protecção das Minorias.

À semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos, a solidariedade portuguesa estará presente através da Organização Não-Governamental Pax Romana, em nome da qual intervirá. E tal como em anos anteriores, também um refugiado timorense recém-chegado prestará, perante os peritos da Sub-Comissão, testemunho da sua experiência de viver sob a bárbara ocupação colonial indonésia.

É difícil, para não dizer impossível, dizer à partida se existem, ou não, condições para fazer aprovar uma moção de condenação do regime de Jacarta pela sua prática de violação dos direitos humanos em Timor-Leste. A verdade, porém, é que a vaga de prisões — acompanhada das suas habituais sequelas de espancamentos, torturas e desaparecimentos — que tem varrido aquele território ao longo de todo este ano, com particular incidência a partir de fins de Abril, fornecem base mais que suficiente para a condenação das autoridades indonésias.

As organizações internacionais de solidariedade têm recebido nos últimos três meses longas listas de pessoas presas, sem outra culpa que não seja a sua simpatia pela causa emancipalista timorense, listas estas que têm sido comunicadas às instâncias das Nações Unidas a quem cabem velar pelo respeito da pessoa humana.

A experiência do ano passado ensina-nos, porém, que mesmo ao nível dos peritos — pessoas que, por definição, se deveriam caracterizar por uma idoneidade e independência total face aos Estados — as chamadas "razões de Estado" acabam, por vezes, por ter uma grande influência e pesar decisivamente nas decisões que a Subcomissão toma.

No entanto, o prestígio que Portugal granjeou enquanto membro de pleno direito da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, graças ao empenhamento do pessoal da sua Missão Diplomática acreditada em Genebra, associado ao empenhamento e conhecimento da questão das organizações de solidariedade presentes, poderá contribuir decididamente para uma firme denúncia das continuadas práticas terroristas indonésias em Timor-Leste por parte da Subcomissão.

NOVA IORQUE

Entretanto, decorrerá nesta cidade, no dia 14 de Agosto, a sessão sobre Timor-Leste da Comissão de Descolonização das Nações Unidas, também conhecida como Comité dos 24.

Não havendo lugar neste forum para a aprovação de qualquer moção ou resolução, é pelo número e peso institucional dos peticionários que intervêm na sessão que se mede o impacto do assunto em debate.

Quer em 1986, quer o ano passado, o número de intervenções no problema de Timor-Leste ultrapassou a casa das 20, entre os quais se incluiam membros de organizações de solidariedade, professores e investigadores universitários, parlamentares, membros das Igrejas, dirigentes das organizações nacionalistas timorenses, activistas dos direitos humanos, etc.

Embora não seja ainda possível ter uma lista exaustiva de todos os que participarão este ano, sabe-se já que o seu número voltará a ser elevado, contando-se com intervenções de parlamentares canadianos — uma presença importante, dadas as posições pró-ditadura indonésia do governo de Otava — australianos e japoneses, de membros da Amnesty International e Asia Watch, além de ONG's de defesa dos direitos humanos.

Para esta sessão, a Comissão Eventual da AR para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste decidiu reforçar a sua presença enviando três deputados: do CDS, do PCP e do PSD, sendo o deste partido, Pacheco Pereira, a afirmar-se como substituto de Dias Loureiro — que deixa má memória — na presidência da Comissão Eventual.

À semelhança do que fez em anos anteriores, a CDPM decidiu convidar a Dr.ª Manuela Aguiar, vice-presidente da AR e deputada do PSD, para estar presente em Nova Iorque. Conhecida personalidade do meio político português, a Dr.ª Manuela Aguiar, que já desempenhou funções de Secretária de Estado, conhece bem a questão de Timor-Leste, tendo feito parte da primeira Comissão Eventual da AR e, nessa condição, visitado vários países do oriente — como a Tailândia, Malásia e Austrália — em missões de sensibilização dos órgãos de soberania desses países e de contacto com a comunidade de timor na diáspora. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas 77 - 2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel. 57 47 18/54 13 08 **Execução Gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 1000 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 25$00 Assinatura anual: 400$00 Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112094 Depósito Legal n.º 25.317